

POR QUE “AUGUSTA E RESPEITÁVEL LOJA SIMBÓLICA”?

Por Kennyo Ismail

Essa questão intriga muitos irmãos, principalmente aqueles que, ao viajarem para o exterior ou pesquisarem sobre a maçonaria em outros países, veem que esse não é um termo comumente utilizado fora do Brasil.

A origem desse termo é similar ao exposto no artigo “Palavrões aos Grão-Mestres”, quanto aos distintos axiônimos adotados para os Grão-Mestres no Brasil, em comparação ao restante do mundo. Trata-se de reflexo da nossa agitada história maçônica e das insistentes práticas irregulares que algumas obediências mantiveram por muitas décadas no país, em especial aquela prática infeliz do controle das obediências simbólicas sobre os altos graus dos ritos, que perdurou até, pelo menos, o início da segunda metade do século XX, a qual gerou a cisão de 1927, que deu origem às Grandes Lojas brasileiras, e que, até hoje, vem gerando conflitos no seio do Grande Oriente do Brasil.

Originalmente, os axiônimos utilizados na Maçonaria eram algo extremamente simples, e ainda o são em muitas localidades. Vejamos: Uma Loja é governada por um Mestre. Logo, uma Grande Loja é governada por um... Grão Mestre. Então, a Loja e o Mestre ganharam o axiônimo de “*Worshipful*” (Venerável). Assim, uma Venerável Loja é governada por um Venerável Mestre. E, logo, uma Mui Venerável Grande Loja é governada por um Mui Venerável Grão-Mestre. Simples assim.

Entretanto, o termo em inglês “*Worshipful*”, além de “Venerável”, pode ser traduzido como “Respeitável”. E não demorou para, nos países que não adotam a língua inglesa, surgirem variações na tradução. Assim, surgiram os termos “Respeitável Loja” e “Mui Respeitável Grande Loja”, predominantes no restante do mundo.

Enquanto esses termos se consolidaram mundialmente na maçonaria simbólica, outros termos foram surgindo para uso dos chamados Altos Corpos, de forma a diferenciá-los dos primeiros. Porém, no século XIX, a maçonaria brasileira ainda sofria o mal, então já abolido nos países mais desenvolvidos, dos altos graus serem concedidos em Loja.

Dessa forma, ao que tudo indica, os termos utilizados para se referir a uma determinada Loja indicavam se ela somente trabalhava nos graus simbólicos ou se ela tinha autorização para conceder altos graus de seu Rito. Uma Loja que trabalhasse apenas nos graus simbólicos era chamada de “Respeitável Loja” ou pela forma mais completa, “Respeitável Loja Simbólica”, como ainda é em quase todo o mundo. Já uma Loja do REAA que concedesse graus além do de Mestre era chamada de “Augusta Loja”. E as Lojas dos Ritos Adonhiramita e Moderno (então chamados de “Ritos Azuis”, em contraste com o REAA, que na época adotava sua cor original, vermelha) que também concedessem altos graus eram chamadas de “Augusta Loja Capitular”.

O uso de tais termos pode ser observado no primeiro boletim do Grande Oriente do Brasil, de dezembro de 1871:

Página 27: “A Gr.´. Loj.´. Central aprovou as eleições geraes para o presente anno maçõn.´. das AAug.´. LLoj.´. Progresso da Humanidade (...) vários

membros da Resp. Loj. Symbolica Artista (...) representação da Aug. Loj. Silencio e a comunicação da Resp. Loj. União Escosseza (...).”

Página 28: “Sancionou a elevação ao grau de C. R. C. de vários membros da R. Loj. Symb. Confraternidade Penedense e das AAug. LLoj. CCap. Imparcialidade e Commercio e Artes. Resolveu ordenar que a Aug. Loj. Amizade Fraternal instaurasse o processo legal (...).”

Página 37: “A Aug. Loj. do Rit. Esc. Cosmopolita, ao Or. de Belem, na província do Pará, que se achava agitada por questões internas (...).”

Página 38: “A Resp. Loja. do Rit. Esc. Artista, ao Or. de Pelotas, na província do Rio Grande do Sul, celebrou a 17 de Outubro uma festa maçônica em homenagem ao Sap. Gr. M. Visconde do Rio Branco e comemoração da promulgação da lei de 28 de Setembro”.

Página 39: “A Aug. Loj. do Rit. Esc. – Progresso –, ao Or. de Campos, na província do Rio de Janeiro, resolveu oferecer ao imediato do vapor Juparanan (...). As AAug. OOff. Fraternidade Cearense, ao Or. de Fortaleza, Harmonia, ao Or. de Belem, Fidelidade e Beneficiencia, ao Or. de S. Salvador e Confraternidade Penedense, ao Or. do Penedo, foram representadas (...).”

Os quatro primeiros boletins do Grande Oriente do Brasil não apresentam o termo usual no Brasil atualmente, de “Augusta e Respeitável Loja”. Outra informação interessante e relacionada com a já mencionada irregularidade praticada pelo Grande Oriente do Brasil à época, e que impactou no surgimento das variações de axiônimos, está disponível no mesmo boletim pioneiro, 1-1, no qual o redator explicita sua contrariedade perante a decisão da Grande Loja do Estado de New York em não se relacionar com obediências que governassem graus além dos simbólicos (p.32):

Por intermédio do Ill. Ir. Goodall, o Gr. Or. do Brasil recebeu as transacções da Gr. Loj. do Estado de New-York do corrente anno.

É curiosa a opinião que professa o actual Gr. Mest. John Anthon sobre as relações estrangeiras, opinião que, exarada em sua mensagem anual, foi seguida pela Com. de Jurisprudencia e adoptada como norma pela Gr. Loj. para o seu futuro procedimento. O Gr. Mest. entende que o systema de Representantes entre as Grandes Lojas, que governam os três gráus symbolicos, e os Grandes Orientes, que reconhecem gráus mais elevados, deve ser abolido, visto haver entre uns e outros Corpos grandes diferenças quanto ao governo, legalidade, organização, jurisdição e rituais; e por tal motivo a Gr. Loj. do Estado de New-York resolveu cortar a correspondência e relações com esses Poderes, como si por ventura professassem ideias anti-maçonicas.

A primeira aparição do termo “Augusta e Respeitável Loja” em um boletim do Grande Oriente do Brasil surge quatro boletins depois, mas não oficialmente, por texto próprio do boletim, e sim no discurso de um irmão representando uma Loja em um evento maçônico comemorativo, ao mencionar essa loja:

Meus Ill. Irs., a Aug. e Resp. Loj. Cap. Commercio delegando-nos seus poderes para representa-la nesta brilhante e esplendida festa, com que o

povo maç. da jurisdição do Gr. Oriente do Brasil quis solemnizar tão memorável evento, congratula-se convosco por tão faustoso motivo (...). Aceitai, pois, Muito Illustrado e Pod. Grão-Mestre, os sinceros e ardentes votos que a Aug. e Resp. Loj. Cap. Com. vos envia, suplicando ao Gr. Arch. do Un. para que vos ilumine e guarde, afim de continuardes na árdua tarefa de liberdade, civilização e engrandecimento, que de vós espera a grande família Maç. do Brasil (Boletim do GOB, N.5-1, Abril de 1872, p.151).

Uma teoria plausível é a de que alguns irmãos entendiam que toda Loja “Augusta” era também “Respeitável”, já que concedia os altos graus e também os simbólicos. Como elas não substituíam a concessão dos graus simbólicos pelos altos graus, mas os acrescentava, isso pode ter levado ao entendimento de que não deveriam substituir o termo “Respeitável” por “Augusta”, mas acrescentá-lo.

Fato é que, a partir de então, os boletins subsequentes do GOB vão apresentando uma ou outra menção ao termo “Augusta e Respeitável Loja”, contrastando com os termos “Augusta Loja” e “Respeitável Loja”, mas com contingente crescente até o boletim 9/10-22, de novembro e dezembro de 1897, em que todas as menções diretas a uma loja específica começam a serem feitas com o termo atual, de “Augusta e Respeitável Loja”, apesar de muitos irmãos brasileiros ainda manterem o costume de se referirem à loja apenas como “Augusta Oficina”.

Mesmo com o surgimento das Grandes Lojas, em 1927, baseado na total independência entre os graus simbólicos e os altos graus, o modo de tratamento de suas lojas simbólicas, de “Augusta e Respeitável”, então já consolidado no GOB, foi mantido, assim como a partir de 1973, nas lojas dos Grandes Orientes confederados à COMAB. Um resquício permanente de uma era irregular da Maçonaria brasileira. Como registrado no início, algo similar ao tratamento dispensado ao Grão-Mestre Geral do GOB, de Soberano Grão-Mestre, por conta desse período em que o mesmo acumulava o cargo de Sapientíssimo Grão-Mestre com o de Soberano Grande Comendador.

Importante declarar que não se tem aqui a intenção de sugerir qualquer tipo de correção em um termo utilizado há mais de um século em milhares de lojas, mas de colaborar para a compreensão da razão histórica que leva a maçonaria brasileira a se distinguir das demais no modo de nominar suas Lojas.

REFERÊNCIAS:

Boletim GOB, Ano 1. N. 1., dezembro de 1871. Acesso em: 16/04/2018. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709441/per709441_1871_00001.pdf

Boletim do GOB, N.5-1, Abril de 1872. Acesso em: 16/04/2018. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709441/per709441_1872_00005.pdf

Boletim do GOB, N.9/10-22, Novembro e Dezembro de 1897. Acesso em: 16/04/2018. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/709441/per709441_1898_00009.pdf

ISMAIL, Kenno. Palavrões aos Grão-Mestres. Acesso em: 17/04/2018. Disponível em: <http://52.67.210.20/wp-content/uploads/2014/01/PALAVR%C3%95ES-AOS-GR%C3%83O-MESTRES-1.pdf>